

REPENSANDO AS RELAÇÕES INTRAFAMILIARES SOB UM OLHAR FOUCAULTIANO

RETHINKING THE RELATIONSHIP IN THE FAMILY ACCORDING TO FOUCAULT

RECONSIDERANDO LAS RELACIONES ENTRE LA FAMILIA BAJO EL PUNTO VISTA DE FOUCAULT

ADRIANE MARIA NETTO DE OLIVEIRA¹

ROSANE GONÇALVES NITSCHKE²

MARA REGINA SANTOS DA SILVA³

GIOVANA CALCAGNO GOMES⁴

JOSEFINE BUSANELLO⁵

O presente estudo tem por objetivo refletir sobre as relações intrafamiliares, a partir das concepções de Foucault. Ao pensar essas relações é importante considerar as potencialidades e limitações de seus membros, a fim de propor intervenções que possam promover a saúde familiar. Traz considerações acerca do vínculo afetivo conjugal, das relações de poder presentes no contexto familiar e das relações intrafamiliares como possibilidades de “ser”. Conclui que uma das funções dos profissionais da saúde consiste em estimular os sujeitos a verbalizarem suas dificuldades, suas emoções, suas necessidades e descobrirem suas potencialidades, a fim de construir relações mais harmoniosas e terem uma convivência familiar mais saudável.

DESCRITORES: Enfermagem; Saúde da família; Relações familiares.

The aim of this study is to reflect on family relationships taking into account the ideas of Foucault. As we think about such relationships, it is important to consider the potential and limitations of its members in order to propose interventions that could promote family health. It brings considerations about the emotional bond, marital relations of power in the family context and relationships in the family as possibilities of “being”. We may conclude that one of the roles of health professionals is to encourage the subjects to verbalize their difficulties, their emotions, their needs and find out about their potential in order to build a more harmonious coexistence and have a healthier family relationship.

DESCRIPTORS: Nursing; Family health; Family relations.

El actual estudio tiene como objetivo reflexionar sobre las relaciones entre la familia, bajo el punto vista de las ideas de Foucault. Al pensar en estas relaciones es importante tener en cuenta las potencialidades y las limitaciones de sus miembros, para proponer las intervenciones que puedan promover la salud familiar. Trae consideraciones sobre el vínculo afectivo conjugal, las relaciones de poder presentes en el contexto familiar y las relaciones entre la familia como posibilidad de “SER”. Se llega a la conclusión que una de las funciones de los profesionales de la salud es alentar a los sujetos a verbalizar sus dificultades, sus emociones, sus necesidades y descubrir sus potencialidades, con el fin de construir relaciones más armoniosas y tener una convivencia familiar más sana.

DESCRIPTORES: Enfermería; Salud de la familia; Relaciones familiares.

¹ Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Vice-Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas de Família, Enfermagem e Saúde/ GEPEFES. Membro do Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Enfermagem, Quotidiano, Imaginário e Saúde de Santa Catarina – NUPEQUIS/PEN/UFSC. Endereço: Rua Dr. Bruno de Mendonça Lima, 36 – Bairro: Jardim do Sol – CEP: 96216 190 – Rio Grande/RS. Brasil. E-mail: adrianenet@vetorial.net

² Enfermeira. Professora Adjunta do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC. Doutora em Filosofia da Enfermagem – UFSC/SORBONE. Líder do Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Enfermagem, Quotidiano, Imaginário e Saúde de Santa Catarina – NUPEQUIS/PEN/UFSC e Membro do Grupo de Assistência, Estudos e Pesquisa à Família – GAPEFAM/PEN/UFSC. Brasil. E-mail: nitschke@mbox1.ufsc.br

³ Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas de Família, Enfermagem e Saúde/ GEPEFES. Brasil. E-mail: marare@brturbo.com.br

⁴ Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Enfermagem e Saúde da Criança e do Adolescente/ GEPESCA. Brasil. E-mail: acgomes@mikrus.com.br; giovanacalcagno@yahoo.com.br

⁵ Enfermeira. Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Membro do GEPESCA. E-mail: josefinebusanello@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A família, na sociedade contemporânea, deve ser compreendida como uma unidade social complexa, com diversas configurações e formas de organização. Não deve ser considerada apenas como uma idéia abstrata, pois possui seu modo de viver e interagir, o que contribui para a construção do ambiente familiar e das relações intrafamiliares⁽¹⁾.

A formação da família surge da vontade das pessoas de viverem juntas e interajam constantemente, podendo envolver a necessidade de sobrevivência e proteção, bem como a própria reprodução e cuidado. Através das interações entre seus membros, cada família dá um significado próprio ao seu espaço e escreve sua história. No entanto, muitas vezes, estas relações podem gerar sofrimento.

Desta forma, torna-se importante considerar as potencialidades e limitações de seus membros, a fim de propor intervenções que possam efetivamente promover famílias mais saudáveis. Entendendo-se aqui, família saudável como aquela que se constitui em um sistema aberto, sendo, portanto, capaz de receber informações, processá-las, transformar o que não faz bem à saúde dos seus membros e, a partir dos conflitos, problemas e dificuldades, ressignificar sua história de vida e crescer. É também, aquela que tem como elemento principal a capacidade de expressar afeto, através da comunicação verbal e não verbal, promovendo a construção de vínculos afetivos entre seus membros⁽¹⁾. A comunicação entre os membros da família busca a construção da auto-estima e autonomia, sem que ocorram desqualificações nesse processo.

Por isso, pode se comunicar de uma maneira livre, sem temer seus pensamentos, palavras e ações, respeitando a individualidade do outro e consegue ter sensibilidade suficiente para detectar as necessidades daqueles com os quais convive. Neste sentido, como profissionais da saúde podemos auxiliar a família a refletir acerca de suas relações e buscar formas alternativas de convivência, de aceitação das diferenças e de respeito às individualidades tornando estas relações mais harmoniosas e saudáveis.

O presente estudo tem por objetivo refletir sobre as relações intrafamiliares, a partir das concepções de Michel Foucault. No que se refere ao vínculo afetivo conjugal, ao

enfocar as relações de poder, presentes no contexto familiar, e as relações intrafamiliares construídas no cotidiano, entendidas como possibilidades de “ser”, buscamos a compreensão dessa construção, visando suscitar intervenções apropriadas⁽²⁾.

O vínculo afetivo conjugal

A união entre duas pessoas, denominada, em algumas situações, de casamento, marca o início da formação de uma nova família que pode ser entendida como a relação e o convívio entre duas ou mais pessoas. Provavelmente, tal vínculo embasará as futuras interações intrafamiliares. Considerando esta união como responsável por essa condição, os indivíduos que integram o grupo familiar refletem em sua convivência cotidiana, os mais variados modelos de conduta. A partir dessa percepção, torna-se relevante compreender as relações entre o grupo familiar, sobretudo, a partir da constituição do “vínculo conjugal”. A arte de viver casado define uma relação dual em sua forma, universal em seu valor e específica em sua intensidade e força⁽³⁾.

O vínculo afetivo estabelecido entre o casal e a vivência da sua sexualidade são maneiras de alimentar e re-atoalimentar a interação dual. Além disso, outros aspectos precisam se manter presentes na vida a dois, a fim de contribuir positivamente para a interação conjugal, tais como o respeito mútuo, o diálogo, o companheirismo, a capacidade para equilibrar as diferenças e resolver os conflitos. Assim, a união entre duas pessoas, deixa de ter apenas a função de procriação e adquire uma finalidade social que inclui o companheirismo, a essência da interação conjugal, que se caracteriza por cuidados recíprocos, responsabilidade pelo fortalecimento dos vínculos afetivos, envolvendo também, a preocupação e a atenção com o outro⁽²⁾.

A relação conjugal é favorecida quando o casal consegue estabelecer um compromisso mútuo e compartilhado no que se refere às atividades cotidianas. A sinceridade no processo de interação e a liberdade que os cônjuges constroem ao longo do tempo são elementos fundamentais para reverem as situações que facilitam ou dificultam um relacionamento predominantemente harmônico, permitindo, desta forma, buscar alternativas saudáveis e de reciprocidade em sua convivência.

No entanto, podemos perceber a fragilização dos vínculos afetivos entre o casal, quando a “cumplicidade” não é construída. Essa dificuldade advém, provavelmente, das mudanças sócio-históricas, evidenciando muitas vezes, a aproximação entre os casais, mais em função da atração física e do desejo sexual, do que por vínculos afetivos estabelecidos ao longo da convivência mútua.

O sentido da existência encontrado na vida conjugal caracteriza-se pela arte de estar junto, manifestada pelo desejo de ficar o mais próximo possível. A presença compartilhada, através da convivência cotidiana não se manifesta apenas como dever, mas também, como uma meta a ser alcançada que possivelmente proporcionará o fortalecimento dos vínculos afetivos, assegurando e mantendo sentimentos positivos entre o casal e uma convivência prazerosa⁽³⁾.

Alguns fatores influenciam fortemente a separação conjugal. Entre eles, a infidelidade do companheiro e a ausência de uma participação igualitária do homem nos afazeres domésticos e no cuidado com os filhos. Tal situação pôde ser confirmada, em um estudo realizado com famílias de crianças que apresentam comportamento agressivo. Essas famílias se caracterizaram como matrifocais, ou seja, o cuidado com os filhos e com a vida doméstica estavam inteiramente sob a responsabilidade da mulher, durante o período conjugal. Além disso, foi evidenciado, também, o rompimento na relação entre o pai e os filhos, após a separação do casal⁽⁴⁾.

Trabalhando com famílias, observa-se, ao longo do tempo, um processo de involução e enfraquecimento dos vínculos afetivos entre os casais. Percebe-se na sociedade contemporânea, que os relacionamentos íntimos e de proximidade parecem estar embasados na casualidade, caracterizados pelo “encontro rápido”, sendo desprovidos de um conhecimento mútuo mais prolongado. Deste modo, esses relacionamentos sofrem rupturas que podem deixar marcas profundas naqueles que se encontram envolvidos nessas interações. Estas marcas, compreendidas como descompromisso e falta de afeto, geralmente, afetam as gerações mais novas, ou seja, os filhos gerando um ambiente tenso que pode provocar inúmeros problemas relacionais⁽⁴⁾.

Desta maneira, é preciso desenvolver um cuidado, no sentido de potencializar o vínculo conjugal, no sentido

que Foucault destaca. Ou seja, naquilo que esta interação pode comportar de relação individual, de apego, de afeto e de respeito pessoal entre os cônjuges⁽²⁾. O fortalecimento dos vínculos afetivos, durante a convivência cotidiana entre os membros que compõem a nova família, provavelmente contribui para a saúde emocional de todos os envolvidos nesta rede de interações. Vínculos afetivos que envolvem um apego seguro se evidenciam através de um convívio social saudável.

Neste trabalho, o apego seguro se refere aquele cuja regularidade das interações entre um adulto e uma criança e as situações que proporcionam sua proximidade física é que possibilitam a este ser escolher um adulto como seu preferido ou sua base segura⁽⁵⁾. Já, a base segura comporta a idéia, não apenas de que a criança busca proximidade com uma pessoa, para obter a segurança que precisa em situações de estresse, mas também, que procura distanciar-se deste cuidador, para ganhar espaço e explorar o mundo ao seu redor, quando se sente segura⁽⁶⁾, adquirindo sua autonomia e fortalecendo sua identidade.

Para que o enfermeiro adquira o conhecimento necessário para intervir adequadamente junto à família em situação de vulnerabilidade social, em função dos conflitos contínuos em sua convivência cotidiana é preciso que ele desenvolva a capacidade para reconhecer a importância do(s) outro(s) no relacionamento interpessoal e ter a disponibilidade de acolher as pessoas a quem presta cuidados.

Outro conhecimento imprescindível no cuidado prestado às famílias se refere à cultura de origem dessas pessoas, considerando-se o mínimo necessário que possibilite uma maior articulação na esfera dialógica, para que se possa agir e, também, prever o comportamento dos indivíduos em determinadas situações. Possivelmente, o conhecimento cultural predominante em determinada comunidade permite ao profissional uma melhor compreensão da vida, tanto em sua objetividade, quanto em sua subjetividade, facilitando as interações e intervenções do profissional em relação às famílias⁽⁷⁾.

As relações de poder no contexto familiar

Outro aspecto relevante em relação à forma como os membros da família interagem, se refere ao modo como

as relações de poder acontecem no contexto familiar. Ao nos inserirmos no micro espaço da família, percebemos que, na maioria das vezes, as relações de poder fazem parte das relações intrafamiliares e sociais⁽⁸⁾.

Todas as relações humanas sejam quais forem, incluindo-se a comunicação verbal, as relações amorosas, institucionais ou econômicas, o poder está sempre presente. Assim, por ser estrutural, o poder também está presente na família em todos os momentos, movimentos, tempos e, sendo assim, nem sempre é percebido ou indesejável. Geralmente há uma hierarquia familiar, em que os pais são as figuras que exercem maior poder. Esses são os que têm maior autoridade, tornam-se responsáveis pelas principais decisões tomadas, detêm os recursos financeiros que subsidiam a vida do grupo e estabelecem as regras e os limites que todos devem seguir.

O poder, no interior da família, pode apresentar-se como uma relação de autoridade ou como forma de influenciar as decisões de seus membros. Mais do que pensar sobre o poder, é preciso analisar as relações de poder na família. Essas podem ser responsáveis pela formação da individualidade de cada membro, o que caracterizará sua identidade e capacitará os indivíduos a exercerem sua cidadania.

Cabe, assim, retomar e refletir sobre os significados que envolvem indivíduo e sujeito. Enquanto, na linguagem sociológica, e também no campo da saúde e da bioética, sujeito tem uma conotação de protagonismo, neste estudo está relacionado com sujeição. Ou seja, o ser pode estar sujeito a alguém, devido ao controle e a dependência. Além disto, também pode se encontrar preso à sua própria identidade, devido a sua consciência ou auto-conhecimento. Ambos os significados sugerem uma forma de poder que subjuga e torna o indivíduo sujeito a alguém ou a uma condição de vida⁽⁸⁾.

Assim, os indivíduos, geralmente, enfrentam três formas de luta, a fim de manterem sua autonomia. Pode ser uma luta contra as formas de dominação, envolvendo situações étnicas, sociais ou religiosas. A luta também pode ser contra as formas de exploração, fazendo com que os indivíduos tenham acesso àquilo que produzem, bem como, reivindicuem o reconhecimento das suas ações pelos outros, tornando-as significativas no mundo em que

vivem. E ainda, existe a luta do indivíduo consigo mesmo ou contra as atitudes que o submetem aos outros, ou seja, as lutas travadas contra a sujeição, contra as formas de subjetivação e submissão⁽⁸⁾.

Na maioria das vezes, os filhos manifestam, predominantemente, comportamentos de submissão, de rebeldia ou de não sujeição ao outro. Este último nos parece adquirir um significado positivo, pois os filhos lutam contra um domínio que não aceitam, permitindo-lhes construir sua individualidade e um espaço próprio na vida familiar. Cada pessoa ocupa uma função e um lugar, o que determina a forma de organização interna de cada família. Esta condição está fortemente atrelada às normas e valores que regem as condutas da família, as diferentes atividades que seus membros realizam e os diversos indivíduos que a compõem.

Deste modo, os vários modos de agir regulamentam e efetivam o poder entre os membros de uma família e asseguram o aprendizado, a criação dos filhos e a aquisição de aptidões e comportamentos socialmente reconhecidos como adequados. Todavia, a disciplina, como uma atividade de poder, pode compreender o enclausuramento, a vigilância, a recompensa, a punição e a hierarquia piramidal⁽⁸⁾.

Assim, o que emerge nas relações intrafamiliares, muitas vezes, são formas de comunicação orientadas para uma disciplina rígida, em que o modo de disciplinar os filhos está associado a formas de punição que envolve a violência física e/ou psicológica e a negligência. Em outras situações, vê-se que a ausência de normas disciplinares, manifestada por uma atitude negligente dos pais em relação aos filhos, resulta em insegurança para os jovens e desorganização familiar, prejudicando a comunicação efetiva entre seus membros.

O exercício do poder, sendo um modo de ação de uns sobre os outros, quando expresso através do forçar, submeter, quebrar, destruir e do fechar todas as possibilidades que a pessoa tem de tornar-se sujeito da sua vontade, pode levar à passividade ou submissão. Ainda sob a ótica de Foucault, uma relação de poder pode ocorrer através da manifestação do “outro”, como sujeito, ou seja, aquele sobre o qual a relação de poder se exerce, podendo ser inteiramente reconhecido e mantido até o fim como sujeito

de ação, abrindo um leque de respostas, reações e efeitos possíveis, manifestando desta forma, o seu ser. As relações de poder são universais e podem ter um caráter positivo, desde que não resultem em uma relação de coerção, nem de exclusão, considerando que o poder só se exerce sobre sujeitos livres⁽⁸⁾.

Essas relações também ocorrem na vida intrafamiliar, quando o outro é reconhecido como protagonista da ação, possibilitando-lhe manifestar suas reações, seu modo de ser, oferecendo-lhe suporte para enfrentar e superar os problemas da vida cotidiana. Quando o poder exercido pelos membros da família estimula o crescimento do outro, estabelecem-se relações intrafamiliares saudáveis. É exatamente esse poder que é preciso estimular nas famílias que se encontram em situação de crise, de fragilidade emocional e de maior vulnerabilidade social. A relação de poder, sendo parte integrante dos relacionamentos afetivos é considerada saudável, quando não anula a identidade do outro.

As relações intrafamiliares como possibilidade de “ser”

A família continua sendo de fundamental importância para o desenvolvimento humano e é a “principal fonte de saúde mental” dos seus membros. Entretanto, quando não se constitui em uma unidade de experiência, de aprendizagem e de criatividade, poderá produzir doença⁽⁹⁾.

O contexto familiar precisa ser capaz de satisfazer as necessidades de seus membros, incluindo o afeto, a segurança, a imposição de limites, a aprendizagem e a comunicação. Geralmente é na família que se constrói um dos aprendizados mais importantes para um desenvolvimento saudável, ou seja, a capacidade para estabelecer vínculos e aprender a se relacionar socialmente.

Não existem normas pré-estabelecidas para viver em família, muito pelo contrário, essa convivência é construída no dia a dia, através da complexidade das relações interpessoais e retroalimentada pelas situações cotidianas. Por isso, no mundo contemporâneo não é possível determinar um conceito de família, pois são muitas as formas como ela se apresenta⁽¹⁰⁾. Entretanto, entendemos que para trabalhar de modo efetivo com este grupo social, no

sentido de produzir sua saúde é preciso olhar aquela que se mostra aos profissionais de saúde, com suas potencialidades e fragilidades.

À medida que o tempo passa parece cada vez mais freqüente a dificuldade das famílias de exercerem as competências parentais, ou seja, o papel de pai e mãe. Talvez, por isso, cada vez mais, a família vem sentindo a necessidade de buscar ajuda profissional, para desempenhar a difícil tarefa de educar e interagir com a nova geração. Os pais estariam se tornando menos seguros e consistentes no relacionamento com seus filhos e mais dependentes de orientação profissional⁽¹¹⁾. A individualização de cada membro da família recai sobre os processos internos e diferenças pessoais. A partir destes ocorre o “controle familiar”. Na atualidade, percebe-se que o mesmo encontra-se mais flexível na aplicação de regras e mais ambíguo na definição de papéis⁽¹¹⁾.

A responsabilidade materna quanto à educação dos filhos tem contribuído para obscurecer os efeitos da injustiça social e a própria atuação do pai está sendo revista. Geralmente, o cuidado da casa e da prole estava associado somente à figura da mãe, a qual também acabava sendo responsabilizada pelos problemas de conduta da criança e/ou adolescente. Outro aspecto se refere ao modo como o pai cria seus filhos, sendo considerado desqualificado o saber deste, principalmente quando é da classe menos favorecida economicamente⁽¹¹⁾.

Mais especificamente no século XX, a evolução da família tem sofrido profundas transformações. As mães passam menos tempo com os filhos, devido ao trabalho e estes ficam sob os cuidados de outras pessoas, sejam familiares ou outros cuidadores. Porém, o que parece ser fundamental para o desenvolvimento humano saudável é a capacidade dessas pessoas proporcionar à criança interações regulares e contínuas, que possibilitem a ela experimentar uma relação de apego seguro⁽¹²⁾.

Outra mudança evidente se refere ao modo de educar os filhos. A autoridade dos pais sobre os filhos deixou de ser tão valorizada, passando até mesmo a ser criticada. A afetividade antes contida passou a ser livremente expressa. As individualidades de cada membro da família e as suas características peculiares parecem ser mais valorizadas, mesmo que isto, por outro lado,

possa também trazer outros problemas de convivência social.

A consistência quase absoluta de regras e normas foi gradativamente caminhando para a ausência de constância no que é permitido e no que é dito, tanto no interior da família, quanto na sociedade. A comunicação não permitida anteriormente, abre-se totalmente e possibilita a expressão verbal⁽¹²⁾.

Mais especificamente, a partir da década de 90⁽¹¹⁾, a criança passou a ser considerada um indivíduo com direitos, sendo também um protagonista, podendo se manifestar e expressar o que sente e o que pensa, inclusive, sendo-lhe permitido argumentar com os adultos. Esses, por sua vez, no âmbito familiar passam a ter uma relação de igualdade com os filhos, sacudindo o *status quo*, ao mesmo tempo, em que há um sinal de alerta de que os pais e demais cuidadores devem manter uma certa autoridade nessa relação.

O novo modo de ser, provavelmente, possibilita que as crianças cresçam mais independentes e autônomas, mas permanece a dúvida sobre até que ponto, os jovens têm a maturidade emocional necessária para manejar com essa nova liberdade ou, até mesmo, excesso de liberdade, proporcionada pelos seus pais e demais cuidadores.

Ao participarmos da diversidade e complexidade das relações intrafamiliares, consideramos que há uma maior abertura para a transformação. Parece que a essência das relações intrafamiliares está em que cada um, na família, seja livre para escolher um modo próprio de ser⁽¹²⁾. Sob esta perspectiva, as relações, os saberes, os poderes e os modos de ser nunca estão dados, mas sempre terão que ser construídos e serão históricos e transformáveis⁽²⁾.

As relações intrafamiliares, principalmente para aqueles que estão em desenvolvimento, precisam estar permeadas pelos valores éticos. Esses valores são construídos ou não, ao longo das gerações e adequados ou transformados de acordo com cada momento histórico vivenciado pela família. No entanto, são essenciais para que o indivíduo aprenda a respeitar a si próprio e aos outros. Percebe-se que, no mundo contemporâneo, a família tem encontrado dificuldades para construir e transmitir tais valores, deixando, muitas vezes, suas crianças e adolescentes

desprovidos de uma sensibilidade capaz de facilitar e enriquecer as interações sociais.

A construção das relações nunca está dada, sempre precisará ser buscada⁽²⁾. Por isso, é possível afirmar que existem inúmeras possibilidades para os profissionais que trabalham com a família pensarem, a fim de ajudarem esse grupo social a construir relações mais saudáveis com as diferentes gerações. Provavelmente, estas relações terão primeiramente que ser desconstruídas, quando consideradas como difíceis e desorganizadas, para posteriormente, serem reconstruídas, a partir das necessidades vivenciadas, em cada momento do ciclo vital da família.

Na perspectiva foucaultiana, para nos vermos temos que olhar para dentro dos olhos do outro⁽¹²⁾. Assim, não podemos mudar nosso modo de ser, sem mudar, ao mesmo tempo, as relações consigo mesmo, as interações com os outros e com a verdade⁽⁷⁾.

Os profissionais da saúde, ao interagirem com os membros da família, em uma relação terapêutica, precisam estimulá-los à mudança para relações mais positivas, partindo do pressuposto de que: quem tem que mudar a situação são as pessoas que a estão vivenciando. Isso significa valorizar a liberdade de cada ser humano e de cada família. Não é função do profissional de saúde dizer ao outro o que ele deve fazer, mas sim ajudá-lo a pensar nos caminhos possíveis para essa transformação, encontrando o que é preciso ser feito.

Ao falar em relações intrafamiliares saudáveis, referimo-nos ao tipo de interação que permite aos indivíduos saírem de um estado de dominação, para buscarem sua liberdade de ser, expressar-se e construir sua subjetividade. É poder encontrar prazer e felicidade ao se relacionar com os outros. É sentir-se bem na convivência cotidiana. Isso não significa que os conflitos não existam, muito pelo contrário, é preciso que eles ocorram, a fim de motivar e promover a mudança para ser saudável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como profissionais que trabalham com a promoção da saúde da família, acreditamos que um de nossos objetivos consiste em estimular as pessoas com os quais trabalhamos a verbalizarem suas dificuldades, suas emo-

ções, suas necessidades e suas potencialidades. É preciso dar lugar à sua voz, para que possam se expressar e refletir sobre o seu viver e avaliar aquilo que precisa ser modificado, a fim de terem uma convivência saudável.

Pensar as relações intrafamiliares sob a ótica de Foucault foi sem dúvida, algo difícil, mas instigante, porque nos permitiu construir um outro olhar sobre a família, bem como, nos fez repensar nossa atuação profissional. Essa possibilidade de motivar o exercício da liberdade e, a partir daí, buscar transformações nas relações intrafamiliares, permanecerá em nosso pensamento com o objetivo de intervir em busca daquilo que pode vir a se constituir em saúde para a família.

Outro aspecto evidenciado, a partir dessas reflexões foi pensar em estratégias que possibilitem principalmente às mulheres exercerem formas de resistência frente ao estado de dominação em que muitas vivem na relação com o companheiro, ou mesmo com os filhos, estimulando-as a buscarem sua identidade, sua liberdade de expressão, sua autonomia e o exercício da cidadania, como uma expressão de um ser mais saudável.

REFERÊNCIAS

1. Oliveira AMN. Um estudo transgeracional sobre a construção das relações em famílias com crianças que apresentam comportamento agressivo no cotidiano [tese]. Florianópolis (SC): Departamento de Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina; 2007.
2. Foucault M. O vínculo conjugal. In: Foucault M. História da sexualidade 3: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal; 1985. p. 152-86.
3. Foucault M. O vínculo conjugal. In: Foucault M. História da sexualidade 3: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal; 1985. p. 45-87.
4. Oliveira AMN, Leivas VA, Lopes, FL. Desvelando os fatores internos e externos que podem influenciar no comportamento agressivo da criança. Relatório de Pesquisa, PIBIC/CNPq. Rio Grande (RS): Departamento de Enfermagem, Fundação Universidade Federal do Rio Grande – FURG; 2002.
5. Bowlby J. Apego e perda: apego. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes; 2002.
6. Silva MRS. A construção de uma trajetória resiliente durante as primeiras etapas do desenvolvimento da criança: o papel da sensibilidade materna e do suporte social [tese]. Florianópolis (SC) : Departamento de Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina; 2003.
7. Marcon SS, Navarro FM, Hayakawa LY, Scardoelli MGC, Waidman MAP. Relações familiares ante os valores e costumes em diferentes etnias. Rev Rene. 2008; 9(2):9-19.
8. Dreyfus HL, Rabinow P. Michel Foucault. Uma trajetória filosófica. São Paulo: Forense Universitária, 1995. p. 231-278.
9. Fichtner N. A criança e o contexto sócio-familiar e escolar. In: Prado LC, organizador. Famílias e terapeutas construindo caminhos. Porto Alegre (RS): Artes Médicas; 1996.
10. Nitschke RG. Uma viagem pelo mundo de ser família saudável no cotidiano em tempos pós-modernos: a descoberta dos laços de afeto como caminho [tese]. Florianópolis(SC): Departamento de Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina; 1999.
11. Simionato-Tozo SMP, Biazoli-Alves ZMM. O cotidiano e as relações familiares em duas gerações. Paidéia (Ribeirão Preto). 1998; 8(14-15):137-50.
12. Bastos AC. Modos de partilhar: a criança e o cotidiano da família. Taubaté: Cabral Editora Universitária; 2001.

RECEBIDO: 12/01/2009

ACEITO: 29/09/2009